

ENEM: EFEITOS NA CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS E NO MOVIMENTO DAS POPULAÇÕES

(ENEM: EFFECTS IN THE CONSTITUTION OF THE BODIES AND IN THE MOVEMENT OF THE POPULATIONS)

KLEBER JEAN MATOS LOPES*

RESUMO

Esse artigo analisa os efeitos de subjetividade produzidos com a introdução do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no cenário nacional, principalmente nas pessoas em condição de prestar o vestibular. Tem sua fundamentação teórica nos conceitos de poder disciplinar e biopoder construídos pelo historiador francês Michel Foucault. A partir desses entendimentos, há a possibilidade de perceber como o dispositivo ENEM atravessa individualmente a vida dos potenciais candidatos ao vestibular, como também, envolto no gerenciamento de políticas públicas, esse mecanismo cria situações onde uma população movimenta-se em busca de sobrevivência e lugares na vida social e econômica nacional.

Keywords: Subjectivity, National Exam of the Medium Teaching (ENEM), "Biopower", discipline power

ABSTRACT

This article analyzes the subjectivity effects produced with the introduction of the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) in the national scenery, mainly in people's cutting in condition of entering in the university through the exam. It has its theoretical foundation in the discipline power and biopower concepts built by the French historian Michel Foucault. Starting from these understandings, there is the possibility to notice as the device ENEM individually goes through the life of potential candidates to the exam as well as, wrapped up in public politics management, that mechanism creates situations where a population

is moved in search of survival and places in the national social and economic life.

Palavras chave Subjetividade, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), biopoder, poder disciplinar

*Deve ocorrer em breve
uma brisa que leve
um jeito de chuva
à última branca de neve
Até lá, observe-se
a mais estrita disciplina.
A sombra máxima
Pode vir da luz mínima.
Paulo Leminski*

INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 1997, aproximadamente 660 mil alunos do 2o grau de escolas públicas de nove estados brasileiros foram obrigados a prestar um exame a mais para adquirirem a graduação de ensino médio em seus currículos. A medida, imposta pelo Ministério da Educação (MEC), funcionaria como uma espécie de laboratório para uma outra, na época, em gestação pelos técnicos do MEC: o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

No dia seguinte à realização do que ficou conhecido como o "provão do 2º grau", o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, declarava em frases simples e sucintas ao jornal Folha de São Paulo, quais suas intenções em relação ao exame: "a prova vai permitir diagnóstico preciso do ensino médio" e "se formos bem-sucedidos, nos próximos seis anos vai haver um esvaziamento do formato tradicional do vestibular".

*Mestrando do Programa de pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará e em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. UFES.

O experimento do MEC, nas palavras do ministro, já enunciava algumas contradições, como um diagnóstico apenas parcial do ensino médio, já que realizado somente em nove estados, sendo obrigatório apenas aos alunos da rede pública. Isso considerando que a prova com questões de português, matemática, física, biologia e química permitisse tal afirmação. Contradições à parte, a meta traçada pelo MEC ganharia *status* de lei, através da portaria ministerial no 438, publicada em 28 de maio de 1998, instituindo o Exame Nacional do Ensino Médio. A partir de então o exame passava a ser facultativo aos alunos que tivessem concluído ou cursando a 3ª série do 2º grau, tendo como grande atrativo a possibilidade de servir como substituto ao vestibular.

Traçada a política de educação, a atingir instituições de ensino e alunos, em seus aspectos normativos, restava a vida de cada um e a de todos, enquanto uma população¹, ser encadeada de forma a atender expectativas governamentais, o que parecia ser mais um detalhe nessa disposição que envolve políticas públicas, mercado de trabalho, formação profissional e educação, pelo menos.

A iniciativa do MEC em radiografar o ensino médio e produzir nova forma de ingresso ao ensino superior, analisada a partir do pensamento de Michel Foucault, evidencia outros elementos produzidos em curso com o desenvolvimento e aplicação do ENEM, que nesse trabalho são tomados não apenas em seu caráter legal-institucional, mas vistos enquanto um dispositivo que se produz na relação entre acontecimentos e afetos em questão.

Um garoto, com idade de 17 anos, que sai de casa numa manhã de domingo para prestar um exame que radiografe o ensino médio e possibilite um passe para a universidade, certamente não carrega apenas lapiseira e esperança ao chegar ao local da prova. Nele se produzem muitas outras sensações. Sua vida não fica à margem, esperando que as respostas da prova sejam dadas. Família, amigos, emprego, condução, amores e paixões, fulgazes que sejam, correm junto ao grafite que sublinha os enunciados propostos. O sentimento de que todos são convidados para uma festa onde poucos podem entrar, mexe intensamente com o garoto. Seu estômago andara embrulhado na véspera. Um café regrado foi a saída, mas precavido, recorreu também a um digestivo recomendado por uma tia. “Roupa leve, está calor”, teria ouvido da mãe ao

acordar. Viver aquele dia parecia diferente e era. No ônibus, muitos como ele comentavam dicas de professores. Ponto de chegada, desce a fila sob o olhar de um motorista que não entendia bem o que se passava. “Será que adiantaram o vestibular?”, conseguiu pensar.

Nos jornais, a lista de 93 instituições de ensino superior que vão usar os resultados do Enem como mecanismo de acesso aos seus cursos, dá certa razão ao motorista desavisado. Confirma também o interesse de 315 mil pessoas que prestaram o exame em sua segunda edição, no ano de 1999. Agora já não se trata de um experimento devidamente mapeado nos gabinetes do MEC, mas de algo que percorre as casas e o comércio, gente dos mais variados segmentos sociais, algo que acontece ao nível das produções subjetivas e aqui será analisado enquanto tecnologias que produzem individualidades em seus aspectos disciplinares e afetam populações nas políticas de produção de vida.

A DISCIPLINA E OS CORPOS

O Enem é composto de uma prova de conhecimentos gerais, com 63 questões objetivas e uma redação. Aparentemente um mecanismo simples de avaliação, já vivenciado inúmeras vezes por um aluno em sua vida acadêmica, antes de chegar a esse exame, em particular. O que teria então o Enem de especial, que possibilita caracterizá-lo enquanto um dispositivo que aglutina elementos múltiplos do cotidiano, relacionados a produção de saber e exercícios de poder? O que marca esse acontecimento, que produz nas pessoas muito mais que um resultado classificatório a um curso superior, muito mais até que o resultado panorâmico da realidade do ensino médio em nível nacional?

A análise do Documento Básico do Enem, editado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 1999)², dá pistas relevantes do que leva o ENEM a se misturar de forma tão efetiva na vida das pessoas. Campanhas publicitárias à parte, e essas não têm sido poucas nos mais variados meios de comunicação, o item A, dos Objetivos do Documento Básico do Enem é categórico em garantir a expansão do exame em cada vida em particular que pulse no território nacional: “oferecer uma referência

¹ A noção de população aqui utilizada é a de Michel Foucault (1999, p. 290), entendida como uma “massa global” que é “afetada por processos que são próprios da vida”. Nesse trabalho a referência a população é marcada pelas pessoas aptas a prestar o Enem.

² Ver Documento Básico do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. Obtido via Internet. <http://www.inep.gov.br/ecn/default.htm>. 1999

para que cada cidadão possa proceder à sua auto-avaliação com vistas a escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos”.

Tomado ao pé da letra, esse objetivo do Exame Nacional do Ensino Médio, estabelece mais que uma referência para escolhas futuras, pois afirma que cada um, há que perseguir um padrão virtual, o qual pode garantir a sua sobrevivência particular. Ter o resultado do Enem como parâmetro para acesso ao ensino superior e entrada no mercado de trabalho, relacionando-o a uma projeção que cada um deve ter de si mesmo, quanto a suas capacidades e “aptidões”, constitui-se enquanto uma tecnologia de vigília permanente, onde uma auto-inquirição efetuará a operação em cada corpo que almeje a tão alardeada qualificação profissional.

Essa lógica internaliza padrões de conduta, sem a necessidade de que algo exterior exerça a função de conservação dessa tecnologia. Cabe ao indivíduo e somente a ele, a palavra final diante de um resultado de sucesso ou fracasso, no sentido de que ele é o principal responsável pelo resultado. Cabe a cada potencial candidato ao exame, a administração do seu tempo para estudo dentre as suas atividades cotidianas. Fica no ar aquele ditado de que “quem brinca no início, chora no final” e todos, individualmente, moldam suas expectativas misturando ambição com mercado de trabalho, emprego com sobrevivência, estudo com resultado estatístico. Como em qualquer processo seletivo, o ENEM antecipa aos corpos a necessidade de uma preparação adequada, onde são estabelecidos rituais de disciplina que acompanham a história de cada candidato.

Cristiane Basílio e Silva³, 20 anos, foi uma dos cinco alunos que acertaram todas as 63 questões de conhecimentos gerais da prova na última edição do Enem, e tem sua vida marcada por opções feitas no sentido de vencer etapas rumo a uma qualificação por ela projetada. Cada passo seu demonstra os efeitos que esse poder disciplinar tem sobre as pessoas. Já aos 9 anos teve sua primeira experiência em testes de seleção, participando do “vestibulinho” do Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde foi aprovada. Conta que buscou essa escola não pelo caráter gratuito, já que sua família dispunha de renda para optar dentre outros conceituados colégios particulares, mas pesou a “qualidade de ensino”. Aos 16, foi a 1ª colocada nos vestibulares de Física na Universidade de Campinas (Unicamp) e geral na Cesgranrio. Nesse mesmo ano

foi aprovada em Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, e em Engenharia Elétrica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), que foi sua opção. Agora, usa o ENEM em busca de nova vaga na Unicamp, alegando certa decepção com o ITA e querendo estar em “um ambiente cultural mais rico”.

As opções de Cristiane frente às possibilidades escolhidas para vivenciar, assim como as do garoto fictício de estômago sensível, são produzidas ao nível das particularidades. Opiniões de parentes e amigos podem até pesar, mas é o corpo que paga o preço dos exercícios cotidianos das leituras, das ansiedades, das cobranças. Funcionam quase como peças de movimentos prognosticados no tabuleiro do jogo vida. Políticas do eu são implementadas por uma motivação futura, no tempo presente. Formas de existir são assim produzidas incessantemente.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder como negativos: Ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (Foucault, 1995: p.172)

O próprio poder disciplinar, aqui em questão, é também entendido enquanto uma produção que tem sua emergência no início do século XVIII. Foucault, ao investigar esse período histórico, se depara com toda uma economia centrada no corpo, onde mecanismos de poder estabeleciam uma normatividade, com a qual os corpos se relacionavam. A distribuição espacial de alunos nas escolas com o modelo de internato tornando-se cada vez mais frequente; o controle das atividades onde horários tornavam-se mais rígidos e os gestos especializavam-se em eficiência no controle e manuseio de objetos; a introdução de técnicas no sentido de organizar procedimentos disciplinares em função do tempo e em séries evolutivas “onde os momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável”.⁴ Todas essas interferências somadas ainda a recursos disciplinares outros, como a “vigilância hierárquica”, a “sanção normalizadora”, o “exame” e o “panoptismo”, são formulações históricas, segundo Foucault, que constituíram esse conceito de poder

³ Informações obtidas do jornal Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, edição de 16 de dezembro 1999.

⁴ Ver em Vigiar e Punir (1987) exemplo do treinamento de soldados conforme a classe a que pertenciam.

disciplinar, o qual permanece em nossas vidas e que aqui se faz uso para analisar implicações do ENEM na constituição de individualidades.

Ao certo, em se tratando do poder disciplinar, não se deve tomá-lo como algo que defina de forma única e inequívoca a vida das pessoas. Junto a ele, outras formas de poder atuam, muitas vezes de maneira não excludente, como é o caso do biopoder, conceito também foucaultiano. Feita a ressalva, aqui então, faz-se uma delimitação na análise dos elementos instrumentais, relatados por Foucault; centrando na tecnologia exame o debate, principalmente por ser o ENEM uma forma concreta de sua atuação.

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É o controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. (...) o exame é altamente ritualizado. Nele vêem-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam". (Foucault, 1995: p.164)

A citação acima deixa a impressão que tudo o que se poderia falar sobre exame, está aí sintetizado. As seriações por resultado, as conseqüências que esse resultado traz, o ônus da participação ou não no exame, a categorização devidamente mapeada de cada corpo, a aceitação e negação que a prova produz, tudo de alguma forma se encadeia, se mistura para evidenciar a atuação do poder disciplinar. No ritual ENEM, todos esses desdobramentos podem ser devidamente identificados. O item A do Documento Básico, já mencionado, traz a marca de um momento exclusivo onde se procederá a verificação de capacidades com o estabelecimento de uma verdade a partir de então. Indivíduos serão objetivados e carregarão a partir dali a marca de uma colocação no ENEM, enquanto um corte no desenvolvimento que essa vida possua. O ENEM não está preocupado com a processualidade que a educação requer. Entede-a, por mais que nas suas regulamentações expresse o contrário, enquanto o momento onde os corpos mais disciplinados, mais qualificados e possuidores de saberes específicos –

conteúdos, alçarão um degrau rumo a uma melhor colocação na sociedade.

Aqui, ainda em relação ao item A, dos objetivos do ENEM, outra face do exame aparece: a preocupação em dar prosseguimento a um percentual pequeno dos jovens em condições de prestar vestibular, ao mundo do ensino superior, enquanto para a grande maioria restante o encaminhamento deve ser o mundo do trabalho técnico, menos qualificado, se o mercado os absorver.

BIOPODER E AS POPULAÇÕES

Ao comentar os resultados do ENEM o atual presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso afirmou⁵: “Não creio que jamais algum governo tenha dado tanta atenção ao ensino básico como o meu governo”. Embalado pela oportunidade criticou ferozmente seus opositores, acrescentando que a emulação produzida pelo exame “é positiva e a avaliação das escolas, que é o que se faz, é necessária para que melhorem seu padrão”.

O raciocínio presidencial, pelo menos da forma como foi publicado, possibilita em primeiro lugar entender que o atual governo é centralizador em suas proposições e nos resultados que essas têm. A expressão “meu governo” faz lembrar outro regime de governo, que não o democrático, definido constitucionalmente. Remete a uma forma monárquica e patriarcal de administrar, hegemônica no mundo ocidental há uns dois séculos. Forma onde funcionava o poder soberano, onde cabia à figura soberana o direito sobre a vida das pessoas, a partir da lógica em que ao exercício desse poder era facultado o direito de matar.

Passa o tempo, regimes na arte de governo são modificados, revoluções experimentadas nos mais diversos aspectos da vida e na virada do milênio, os resquícios dessa forma soberana de exercer uma vontade sobre os outros permanece. Vontade aqui verificada, em relação ao ENEM, de imprimir na sociedade um novo instrumento que regule as possibilidades de vida para uma população de pelo menos 1,5 milhões de pessoas, que no ano de 1999, concluem o ensino médio, segundo estatística do MEC⁶. Entendendo essa estatística enquanto uma média anual, nesses três anos onde o ENEM vem sendo implementado, são 4,5 milhões de pessoas, que mesmo sem efetivamente se inscrever para prestar o exame, de alguma forma são atingidas por ele.

⁵ Ver Folha de São Paulo, edição de 16 de dezembro de 1999

⁶ Ver Folha de São Paulo, edição de 29 de maio de 1999